

REFORMAS

Líderes adiam para hoje votação final da Previdência

Acordo garante o exame de emendas ao texto da tributária

Páginas 3 a 5



Marcos Kalume

ENTENDIMENTO Senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania começaram a analisar ontem o texto com as mudanças aceitas pelo governo na reforma tributária



Jane de Araújo

AVANÇOS Sarney lembrou a aprovação, entre outras matérias, dos estatutos do Idoso e do Desarmamento

Congresso cumpriu a sua missão em 2003, diz Sarney

Página 7

Plenário aprova novas regras para venda de dietéticos

O objetivo do projeto é garantir o máximo de informações aos consumidores.

Página 5



Senadores querem maior participação nos rumos da Ancine

Subcomissão discutiu ontem com representante do Executivo a Agência Nacional de Cinema.

Página 7

Salário mínimo pode ter R\$ 19 de reajuste no próximo ano

Página 6



Fotos: Roosevelt Pinheiro

HOMENAGEM Pavan destaca participação dos franceses na formação do município

Pavan registra 500 anos de São Francisco do Sul

A aproximação dos 500 anos da cidade de São Francisco do Sul, a serem comemorados no dia 5 de janeiro do próximo ano, foi lembrada em Plenário pelo senador Leonel Pavan (PSDB-SC).

Ao homenagear o município catarinense, o parlamentar recordou que a expedição do navegador francês Binot Paulmier de Gonneville atracou na Ilha de São Francisco ao se desviar de sua rota original, as Índias, participando assim da formação da terceira cidade mais antiga do país. Pavan ressaltou a importância dos desbravadores franceses, que conviveram cerca de seis meses com os índios da região.

– Nascia assim, pelas mãos dos navegadores franceses, a hoje rica cidade de São Francisco do Sul, que comemora de maneira gloriosa os seus 500 anos de existência – disse o senador.

De acordo com Pavan, o município, situado a 188 quilômetros de Florianópolis, é o quinto maior porto brasileiro em movimentação de contêineres. Além disso, comentou, tem rico acervo histórico e beleza natural como atrativos.

Para Capiberibe, dívida impede o crescimento

Segundo o senador, endividamento do país cresceu cerca de 500 bilhões de reais nos últimos 35 meses

O senador João Capiberibe (PSB-AP) criticou o aumento da dívida pública brasileira, que, segundo ele, inviabiliza o crescimento econômico de que o país necessita. Para Capiberibe, cabe ao Congresso analisar a dívida e propor soluções.

Com base em dados da Secretaria do Tesouro Nacional relativos aos últimos 35 meses, o senador informou que a dívida consolidada saltou de R\$



ANÁLISE Capiberibe pede que o Congresso Nacional proponha soluções para a questão

646 bilhões para R\$1,2 trilhão, um acréscimo de R\$ 551 bilhões. O valor corresponde a R\$ 15,7 bilhões por mês, ressaltou o senador.

Conforme Capiberibe, as razões para esse aumento tiveram início em 1994, com o compromisso assinado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) de assegurar altos superávits primários, que levou o governo a aumentar a carga tributária do contribuinte.

Para Capiberibe, o governo Lula nada fez para mudar a situação: continuou a contingenciar o Orçamento para garantir o superávit primário e poder aumentar ainda mais a carga tributária.

– É verdade que ele propôs reformas, mas as propostas não modificam as estruturas dos setores, ou seja, nada muda de essencial – analisou.



INVESTIMENTO Verba financia projeto de desenvolvimento sustentável, afirma Eduardo

Empréstimo internacional para o Tocantins

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) anunciou que o Banco Mundial aprovou na última terça-feira empréstimo de US\$ 60 milhões para o Tocantins. A verba é destinada a projeto de desenvolvimento sustentável que envolve a construção de estradas vicinais, o fortalecimento de administrações locais e compensações ambientais. O governo do estado entrará com uma contrapartida de cerca de US\$ 40 milhões.

Eduardo destacou que a aprovação do empréstimo, discutido desde maio de 2002, só foi possível devido ao equilíbrio financeiro do Tocantins, um dos estados mais bem classificados pela Secretaria do Tesouro Nacional. O senador lembrou que o Tocantins já tinha as contas equilibradas antes mesmo da aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

– Muitos estados não conseguem concluir operações internas e externas de crédito porque não têm condições de oferecer contrapartida financeira, pois descumprem a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei Camata – afirmou.

Em aparte, o senador Osmar Dias (PDT-PR) classificou a infra-estrutura do Tocantins como invejável. O senador João Tenório (PSDB-AL) sugeriu que o exemplo de austeridade dado pelo estado seja seguido pelas demais unidades federativas.

Eduardo Siqueira Campos relatou também telefonema recebido do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Lessa. O presidente agradeceu pronunciamento de Eduardo Siqueira Campos e demonstrou interesse em discutir projeto do senador que garante financiamento a estudantes de universidades particulares.

Agenda

Reforma da Previdência vai a Plenário

A votação, em segundo e último turno, da proposta de reforma da Previdência (PEC nº 67/03), prevista para ontem, foi adiada para hoje, às 14h30. O Plenário deve realizar ainda a segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC paralela (PEC nº 77/03), que altera pontos da reforma previdenciária, como os subtotos dos salários nos estados e municípios, e institui a paridade de reajuste entre ativos e inativos.

Benefícios para mulheres grávidas na pauta da CAS

Em discussão na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a partir das 11h, projeto (PLS nº 195/03) da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) que concede às mulheres em trabalho

de parto o direito a um acompanhante durante todo o parto e o pós-parto, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), entre outros itens.



Sarney tem três audiências

O presidente do Senado, José Sarney, recebe, às 11h, o procurador-geral Cláudio Fonteles; às 11h30, a ministra do Meio Ambiente; e às 12h, representante de ONG em defesa de portadores de necessidades especiais, Teresa d'Amaral.

CCJ vota reforma tributária

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realiza reunião, às 10h, para votar emendas apresentadas à reforma tributária (PEC nº 74/03). Os parlamentares pretendem discutir a proposta em Plenário ainda esta semana.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.
Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

REFORMAS Senadores da oposição e da base de apoio ao governo participaram ontem do início da discussão da proposta paralela. Haverá mais quatro sessões de debates antes da votação em primeiro turno

Senado pode votar emenda paralela no dia 15

A primeira votação em Plenário da proposta paralela deve ocorrer na próxima segunda-feira, informou ontem o relator da reforma da Previdência Social e líder do PT, senador Tião Viana (AC) – *foto*. Ele prevê que a votação em segundo e último turno será feita no dia 23. A emenda paralela contém as mudanças incluídas pelos senadores na reforma previdenciária e, depois de concluído o exame no Senado, seguirá para análise dos deputados. Os senadores participaram ontem da primeira sessão de discussão da emenda paralela – haverá ainda outras quatro sessões. A maioria criticou a



Fotos: Roosevelt Pinheiro

reforma do sistema previdenciário, mas admitiu votar a favor da proposta, porque ela repõe, para os servidores, benefícios que foram retirados pela reforma da Previdência.

A proposta será discutida inclusive em sessão convocada para a manhã deste sábado. Os líderes partidários decidiram com o presidente do Senado, José Sarney, que serão realizadas sessões nos fins de semana até a véspera do Natal, para contagem de prazo de tramitação, o que tornará possível a votação, ainda este ano, de todas as reformas propostas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

PAPALÉO PAES



Faltaram estudos para justificar as mudanças

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) afirmou que votará contra a reforma previdenciária em segundo turno, como fez no primeiro turno, por entender que o governo não apresentou estudos técnicos consistentes para embasar as mudanças constitucionais pretendidas.

Papaléo disse que o Senado não deve compactuar com essa “campanha descabida e inverídica, feita pelo governo e parte da mídia”, para induzir a população, especialmente os mais carentes de informações, a acreditar que os servidores públicos são privilegiados e responsáveis pela estagnação do crescimento do país.

PAULO PAIM

Garantia de paridade e regra de transição

No primeiro dia de discussão da emenda paralela, o senador Paulo Paim (PT-RS) pediu mais agilidade na tramitação da matéria, para que seja possível, já na próxima semana, encaminhar a proposta ao presidente da Câmara, João Paulo Cunha. A PEC paralela não é a proposta dos sonhos, mas representa avanço em relação à reforma original da Previdência, disse ele.

– Uma vez aprovada esta PEC 77, aí sim, teremos concluído a reforma da Previdência – afirmou. Paim lembrou que a proposta paralela garante a paridade, o subteto único nos estados e uma regra de transição, ao contrário do projeto original.



EDUARDO S. CAMPOS



Ação responsável da bancada oposicionista

Além de elogiar o que definiu como atitude responsável da bancada oposicionista durante a negociação da emenda paralela à proposta de reforma da Previdência, o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) destacou a viabilidade do calendário de tramitação das duas matérias no Senado. Ele ressaltou o empenho do senador Paulo Paim (PT-RS) em ver a emenda aprovada antes do recesso.

Eduardo também reconheceu o esforço do ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República, José Dirceu, e das lideranças partidárias em construir um entendimento em torno da reforma da Previdência.

OSMAR DIAS

Muitas dúvidas em torno da proposta

Em seu discurso, o senador Osmar Dias (PDT-PR) disse que tem muitas dúvidas sobre a proposta, e que só vai votar a favor em obediência à orientação do seu partido. Ele afirmou que suas dúvidas decorrem da declaração do presidente Lula de que a reforma não é a “dos meus sonhos, é a da cabeça dos políticos”.

– Não sei se a PEC 77 é a reforma da cabeça dos políticos ou a da cabeça do presidente. Essa PEC não é a da cabeça do Lula, não é dos parlamentares, que não gostaram dela, também não é a dos servidores e dos aposentados. Eu gostaria de aprovar a reforma que Lula prometeu na campanha eleitoral.



ALVARO DIAS



Texto confisca benefícios dos servidores

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que a proposta paralela é filha da esperteza política. “Ela foi o bálsamo para aplacar consciências atormentadas, especialmente daqueles que estiveram ao pé do palanque eleitoral do presidente Lula”.

Lembrando frase de Winston Churchill (“a promessa do candidato é o sepulcro do estadista”), Alvaro afirmou que Lula tenta, agora, fugir da responsabilidade que assumiu, afirmando que a reforma não partiu de sua cabeça. A reforma da Previdência, de acordo com o senador, “confisca benefícios auferidos por quem trabalhou para obtê-los e agora terá de pagar mais”.



VALADARES

Equilíbrio fiscal e realismo orçamentário

Ao elogiar os avanços contidos na proposta, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) citou como exemplos a dispensa de contribuição (11%) dos trabalhadores acometidos de doenças incapacitantes e a inclusão no sistema previdenciário de 40 milhões de trabalhadores.

Para Valadares, a atuação dos parlamentares foi fundamental no aperfeiçoamento da proposta. Essa teria sido a mensagem do presidente Lula ao dizer que a reforma tinha sido feita pelo Congresso, assinalou.

A reforma da Previdência, opinou, será fundamental para o equilíbrio fiscal e para o realismo orçamentário.

EFRAIM MORAIS

Emenda pode ser engavetada na Câmara dos Deputados

Para o senador Efraim Morais (PFL-PB), será inútil o esforço do Senado em votar a emenda paralela para reduzir os prejuízos dos servidores públicos, porque ela será engavetada pela Câmara.

Isso vai acontecer, de

acordo com o líder da Minoria, não porque os deputados queiram rejeitá-la, mas porque o governo não permitirá sua aprovação, dados seus compromissos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e os banqueiros.

– Com a PEC 77, o caixa do governo diminuirá, o FMI ficará zangado e os banqueiros internacionais muito tristes. O PT, que fez uma campanha eleitoral defendendo os interesses da população, agora esqueceu tudo e

está traindo o bem-estar da população.

Em aparte, Paulo Paim (PT-RS) apelou para que a PEC paralela seja aprovada por unanimidade, a fim de que o Senado possa pressionar a Câmara a votá-la com rapidez.



REFORMAS O parecer do relator Tião Viana acatou quatro emendas apresentadas em Plenário ao texto da Previdência. A última votação da proposta de emenda constitucional começa às 14h30

Adiada para hoje decisão sobre Previdência

A última votação da reforma da Previdência, que deveria ter ocorrido ontem, foi adiada para hoje, a partir das 14h30. A decisão foi tomada pelos líderes partidários. O adiamento foi decidido por volta das 17h, quando se encontravam em Plenário 77 dos 81 senadores – quatro a menos que na tarde do dia 26 de novembro, quando a reforma foi aprovada em primeiro turno. O PFL ponderou ainda que, regimentalmente, não poderia haver a votação no mesmo dia em que a CCJ examinou as emendas de Plenário – que ocorreu ontem, às 15h30. O líder do



PFL, senador José Agripino – foto –, lembrou que o Regimento Interno do Senado exige prazo de 24 horas entre as votações de comissão e de Plenário, período em que a decisão é publicada para conhecimento de todos os senadores. O parecer do relator Tião Viana (PT-AC) sobre as emendas de Plenário, em segundo turno, foi lido em reunião extraordinária da CCJ às 23h30 de terça-feira. Na tarde de ontem a comissão aprovou o parecer, que aceitou quatro das nove emendas – todas com pequenas alterações de redação, sem modificar o conteúdo.

EDUARDO SUPPLY



PT deve ser generoso com Heloísa Helena

Ao destacar ontem que a aprovação da reforma da Previdência simboliza um primeiro passo que o governo Luiz Inácio Lula da Silva dá em direção ao objetivo de promover as mudanças necessárias ao país, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) lamentou que a votação em primeiro turno da matéria no Senado tenha provocado divergências no partido.

Nesse sentido, ele pediu que o PT seja generoso ao julgar a senadora Heloísa Helena (AL) na reunião marcada para este fim de semana. A sugestão de Suplicy é que, em vez de expulsão do partido, Heloísa Helena seja punida com suspensão de seis meses pelo seu voto contrário à reforma.

ARTHUR VIRGÍLIO

Paralela reduz injustiças da proposta original

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), anunciou ontem que vai votar a favor da emenda paralela da Previdência (PEC nº 77/03). Para o parlamentar, apesar de não ser a reforma ideal, ela ameniza situações criadas pela proposta original do governo, que contém uma carga de injustiças contra os servidores. Ele disse que a oposição se considera responsável pelos aperfeiçoamentos obtidos na emenda paralela.

Arthur Virgílio afirmou que a PEC paralela demonstra que a oposição existe, pois o governo teve de ceder em alguns pontos que não estavam incorporados na proposta original da reforma da Previdência.



HELOÍSA HELENA



Sentido das reformas não foi debatido

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) apontou a ausência, no debate parlamentar, da análise sobre o real sentido das reformas previdenciária e tributária em tramitação no Congresso.

Ao tratar, em particular, das mudanças na Previdência Social, a senadora afirmou que, a exemplo do que ocorreu em 1998, na gestão de Fernando Henrique Cardoso, o governo Luiz Inácio Lula da Silva assumiu um enfoque "privatista e mercantil" no encaminhamento da matéria.

– Como não se pode mexer nos juros, no serviço da dívida e no superávit, esvaziam-se os direitos dos trabalhadores – declarou Heloísa.

GARIBALDI ALVES

Proposição é resultado de acordo político

"Não venham chamar a PEC nº 77 de engodo e de tapeação, porque foram mãos conscientes que a fizeram", afirmou o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ao defender o acordo político que levou à proposta paralela da reforma do sistema previdenciário.

– Os avanços estão aí e ninguém pode negar. Não são grandes conquistas, mas são avanços – declarou.

Ele reconheceu que nenhuma das duas PECs (67 e 77) atende às expectativas dos servidores e aposentados, mas, disse, a emenda paralela poderá ser uma lei especial para definir a maneira como os novos servidores entrarão no serviço público.



MÃO SANTA



Governo não deve ser obedecido "cegamente"

O senador Mão Santa (PMDB-PI) lembrou que a população brasileira foi clara nas últimas eleições ao dar o governo federal ao Partido dos Trabalhadores (PT) mas elegeu apenas 14 senadores da agremiação.

Ele evocou nomes de grandes parlamentares como Afonso Arinos e Rui Barbosa, para enfatizar que o Senado é formado por políticos experientes que não deveriam obedecer cegamente às pressões para que matérias enviadas pelo Poder Executivo sejam aprovadas sem alterações.

– Se Cristo estivesse aqui hoje, diria: "Não dê o poder a Lula, porque a emenda 67 tirou das velhinhas, dos idosos e dos deficientes" – afirmou.

FLÁVIO ARNS

Emenda resgata direitos dos trabalhadores

O senador Flávio Arns (PT-PR) defendeu ontem a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 77 – PEC paralela – por entender que ela resgata direitos dos trabalhadores não previstos na PEC nº 67.

Além dessa reparação de direitos, a aprovação da paralela será, na opinião de Arns, a concretização do entendimento que já deveria ter sido obtido na votação da 67. Para o senador, medidas de arrocho servem somente para agravar o quadro social.

– Devemos investir na reforma da cidadania – pregou Arns, que defendeu também a não expulsão da senadora Heloísa Helena (PT-AL) pelo Diretório Nacional do PT.



PAULO OCTÁVIO

PECs 67 e 77 devem ter tramitação conjunta

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) fez um apelo ontem aos líderes da base parlamentar do governo para que eles permitam que a proposta de emenda à Constituição (PEC nº 67) da reforma previdenciária seja votada

junto com a PEC nº 77 (emenda paralela). Segundo o senador, bastaria aguardar quatro meses para que a Câmara aprovasse a paralela, e então ultimar a votação da 67 no Plenário do Senado.

– Este é o caminho ético

da tramitação legislativa no Congresso. Não haveria prejuízo para ninguém e, sobretudo, estaríamos fugindo de um precedente perigoso que será aprovar uma PEC, já sabendo que será modificada em poucos meses. A

Constituição merece respeito e não pode ser objeto do "jeitinho brasileiro" – argumentou.

Paulo Octávio ponderou que a PEC 67, ao ser aprovada, geraria efeitos jurídicos que, com a PEC 77, seriam anulados.



PLENÁRIO

Roosevelt Pinheiro



ALIMENTOS Exigências aprovadas ontem em Plenário dependem agora da sanção do presidente da República para entrar em vigor

Rótulo de dietéticos terá que ser mais detalhado

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto (PLS 77/95) que altera a Lei de Vigilância Sanitária para disciplinar o registro e a rotulagem de produtos dietéticos, com o objetivo de dar maior segurança aos consumidores. O projeto, que será sancionado nos próximos dias pelo presidente da República, estabelece o registro obrigatório de todos os produtos dietéticos no órgão de vigilância sanitária e a inserção da expressão "produto dietético" nas embalagens.

O texto aprovado é um substitutivo da Câmara dos Deputados a projeto apresentado em 1995 pela então senadora Júnia Marise. Os deputa-

dos flexibilizaram a proposta original em dois pontos, retirando a exigência de que as embalagens contivessem, obrigatoriamente, informação sobre o limite máximo de tolerância à ingestão diária dos componentes químicos do produto e a advertências sobre a necessidade de consulta médica prévia.

A Câmara também diminuiu as dimensões sugeridas pela ex-senadora Júnia Marise para a expressão "produto dietético", que na proposta original ocuparia espaço equivalente ao do nome do produto. Os dizeres agora deverão ser em tipo não inferior a um quinto do tipo de letra de maior tamanho e da mesma cor da marca.

Senado aprova moção de apoio a Patrícia Saboya

O Senado aprovou por unanimidade requerimento do senador Demostenes Torres (PFL-GO) de moção de apoio à senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), destacando a condução séria e o respeito aos direitos fundamentais na presidência da comissão parlamentar mista de inquérito que está investigando a exploração sexual contra crianças e adolescentes.

O autor do requerimento, que exerce o cargo de procurador do Senado Federal, explicou que, no dia 6 de novembro, presidindo uma das reuniões da CPI, Patrícia foi vítima de atentado à sua dignidade quando, obrigada a utilizar as prerrogativas que lhe cabem, mandou prender o advogado Abadio Marques de Rezende para que a ordem e a disciplina daquela sessão pudessem ser mantidas.

– O exercício desses direitos fundamentais não pode ser confundido com seu próprio



DESAGRAVO Patrícia Saboya recebeu o apoio de todos os senadores presentes

abuso, não podendo nem mesmo dar margem à inversão tumultuária da investigação – justifica Demostenes em seu requerimento.

O senador disse que a sessão de desagravo a Abadio Rezende, realizada pelo plenário do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), no dia 8 de dezembro, foi mostra de corporativismo.

REFORMAS CCJ reúne-se às 10h para examinar emendas à PEC que muda sistema tributário nacional

Governo e PFL chegam a acordo sobre a tributária

Em reunião extraordinária convocada para as 10h, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) começa a votar hoje as emendas de Plenário à reforma tributária (PEC nº 41/03). Ontem, o PFL e o governo chegaram a acordo em torno do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sobre produtos importados, que eram as principais exigências do partido. A CCJ começou a analisar o novo texto ontem à noite, mas houve pedido coletivo de vista.

Pelo entendimento, o FPM terá adicional de R\$ 1 bilhão em novembro de 2004, e mais R\$ 1,5 bilhão em 2005 e 2006. O dinheiro será repassado em novembro para que as prefeituras



ESFORÇO Comissão de Justiça começou a examinar matéria ontem à noite, mas reunião foi suspensa em virtude de pedido de vista

paguem o 13º salário dos seus servidores. Quanto à Cofins sobre produtos importados, ficou decidido que o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) apresentará proposta de emenda à Constituição estabelecendo que só pagarão Cofins os produtos importados com similar nacional que também paguem o tributo.

A Cide será cobrada também

sobre o combustível importado. Da arrecadação, serão repassados 25% aos estados, que por sua vez repassarão 25% aos municípios. O volume do repasse será proporcional à quilometragem de rodovias asfaltadas em cada estado. O relator, Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou que vai mudar o texto que trata da Cide sobre combustíveis importados.

Redução de ICMS da cesta básica fica para 2005

A desoneração dos produtos da cesta básica pela redução das alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) só deverá ocorrer a partir de janeiro de 2005. Acordo nesse sentido foi firmado em reunião realizada ontem entre os senadores da Frente Parlamentar do Centro-Oeste, o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), e o relator da proposta de reforma tributária, senador Romero Jucá.

Também ficou acertado que



ENTENDIMENTO Parlamentares do Centro-Oeste discutem medida com Mercadante

a implantação dessa medida será discutida no decorrer do ano de 2004, já que o governo vai encaminhar, em um prazo de 120 dias, projeto de lei complementar estabelecendo as

alíquotas e os produtos que serão desonerados.

A solução encontrada, esclareceu o líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), que também participou da reunião, foi a melhor para permitir a elevação do poder de compra do trabalhador e, ao mesmo tempo, que os estados do Centro-Oeste – grandes produtores de itens da cesta básica – não sejam prejudicados.

Os senadores por Goiás Demostenes Torres (PFL) e Lúcia Vânia (PSDB) consideraram positivo o acordo. Lucia Vânia defendeu a também a desoneração dos insumos e implementos utilizados na produção.

Ideli defende regressividade da DRU para educação

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) comunicou ontem em Plenário que já obteve mais de 33 assinaturas de apoio para que a proposta de emenda à Constituição (PEC nº 96/03) estabeleça a regressividade da

Desvinculação de Receitas da União (DRU) para a área de educação tramite de forma autônoma à proposta de reforma tributária, que deverá ser votada este ano pelo Senado.

A proposta defendida pela senadora determina que em 2004 a DRU atingirá 10% dos recursos orçamentários destinados à educação, caindo para 5% em 2005 e 2006. Em 2007 a área não seria



Ideli Salvatti

mais afetada.

Segundo Ideli Salvatti, embora a prorrogação da DRU seja considerada necessária para a obtenção do superávit primário esperado pelo governo, significará R\$ 3,6 bilhões a menos para a educação.

– Com as reduções já verificadas ao longo dos anos, a área de educação fica longe de cumprir os 18% assegurados pela Constituição – afirmou.

DESARMAMENTO

César Borges é contra mudança no estatuto

O senador César Borges (PFL-BA) disse ontem à Rádio Senado que não concorda com a decisão do governo de editar uma medida provisória autorizando os municípios com mais de 50 mil habitantes a manter guardas armados. Pelo projeto do Estatuto do Desarmamento, aprovado terça-feira em Plenário, somente as cidades com mais

de 250 mil habitantes poderão ter policiais municipais com porte de arma.

—O perigo é que, numa cidade pequena, teremos uma for-

ça armada que pode se tornar um poder discricionário do Executivo local. Então, me parece que dá mais tranquilidade ter uma guarda municipal numa cidade de grande porte. Na cidade pequena, é temerário — observou César Borges, que foi relator do estatuto no Senado.

A decisão de editar a medida provisória foi antecipada ontem mesmo, durante a votação do Estatuto do Desarmamento no Senado, pelo líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP).



César Borges preocupa-se com guarda armada em pequenos municípios

June de Araújo

Arthur Virgílio vê texto como passo em direção à paz

Reconhecendo que o Estatuto do Desarmamento não irá resolver o problema da segurança pública no país, o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), afirmou ter esperança de que a iniciativa possa representar um passo expressivo em direção à cultura da paz.

Ao mesmo tempo em que a proposição deve ajudar a incu-

tir uma cultura pacífica nas gerações futuras, vai estimular a sociedade a cobrar que o Estado faça a sua parte e desarme os bandidos, conforme assinou o senador.

—Votei a favor do projeto pelo seu alcance civilizatório e por ser uma forma de cobrar que o Estado saia da inércia em que se encontra — declarou.

Mão Santa diz que causa da violência é o desemprego

O senador Mão Santa (PMDB-PI) disse que a principal causa da violência no país é o desemprego. Durante a discussão do Estatuto do Desarmamento, realizada terça-feira, o parlamentar afirmou que, como médico, sabe que os exames para diagnosticar a doença no país já foram feitos, e a causa é a falta de postos de trabalho para a

população.

Para o parlamentar, a aprovação do estatuto pelo Senado é apenas um passo no combate à violência.

—Temos muito a fazer, sobretudo buscando emprego, que é o dever de todo governante — afirmou.

Ele também cobrou a construção de mais penitenciárias.

Aumento do salário mínimo pode ser de R\$ 19

A previsão consta de relatório setorial que especifica valores do Orçamento da União para o próximo ano

O relatório que trata do Orçamento da União para a área de Trabalho, Previdência e Assistência Social prevê a elevação do salário mínimo no ano que vem para R\$ 259, um aumento de R\$ 19 em relação ao valor atual. O autor do texto, deputado Roberto Balestra (PP-GO), apresentou sua proposta ontem à noite aos integrantes da Comissão Mista de Orçamento, que é presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).

O colegiado começou a votar ontem os relatórios setoriais, tendo aprovado o que trata, entre outros pontos, do comportamento da dívida pública federal.

O governo projetou em sua proposta orçamentária um aumento de 25,72% com o pagamento de juros e encargos do endividamento bruto, prevenindo gastar R\$ 117,8 bilhões em 2004 contra R\$ 93,7 bilhões deste ano. Os efeitos de uma taxa média elevada em 2003 e



RELATÓRIOS Deputado Gilmar Machado (C), ao lado de Gilberto Mestrinho (D), acolheu emendas à proposta orçamentária para 2004

o aumento do estoque da dívida pública (de R\$ 738,3 bilhões no final de 2002 para R\$ 1,097 trilhão no encerramento do atual exercício, com um crescimento de 48,67%; e previsão de finalizar 2004 com R\$ 1,221 trilhão) são alguns dos fatores que explicam o crescimento dessas despesas.

O relatório trouxe novidades como a inclusão da dotação de R\$ 140,1 milhões para o Ministério do Turismo e a retirada do orçamento fiscal referente ao Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), que passa para o orçamento de investimento das estatais. O custeio e a folha do órgão devem ser mantidos com recursos próprios.

O governo decidiu também

agrupar nas Operações Oficiais de Crédito todos os recursos para subsídios e financiamentos que estavam espalhados nos orçamentos de vários ministérios.

O deputado Gilmar Machado (PT-MG) foi o único relator setorial autorizado a apresentar parecer sobre os destaques que tratam de valores, porque o seu relatório foi entregue antes que o relator-geral distribuísse os R\$ 500 milhões obtidos com a diminuição dos valores do superávit primário, em decorrência da queda do Produto Interno Bruto (PIB) deste ano. O relator acolheu emendas no valor de R\$ 184,39 milhões, dos quais R\$ 63,47 milhões foram destinados ao atendimento de emendas individuais.

Relações Públicas do Senado recebe prêmio

A Subsecretaria de Relações Públicas do Senado Federal recebeu ontem o Prêmio Opinião Pública 2003, conferido pelo Conselho Regional de Relações Públicas de São Paulo, que premia anualmente projetos de profissionais e instituições que atuam na área. Das 12 categorias premiadas neste ano, o Senado ganhou em duas.

Na categoria Relações Públicas Governamentais, o prêmio foi concedido pelo trabalho

"Terceira Idade: o Desafio da Inclusão Social". O projeto, coordenado por Ana Lúcia Novelli, é uma iniciativa do Senado para estabelecer canais de comunicação e participação da sociedade na discussão da questão do idoso. Para isso, a Subsecretaria de Relações Públicas criou o serviço de atendimento telefônico gratuito para que a população pudesse tirar dúvidas sobre o assunto.

Na outra categoria em que a

subsecretaria foi premiada, a de Administração de Crises, o projeto desenvolvido foi "Comunicação, Emoção e História — O Senado Federal entre o formal e o informal na posse presidencial". O projeto, coordenado pelo diretor da subsecretaria, Francisco Etelvino Biondo, tratou do problema gerado pelo excesso de pessoas presentes à cerimônia de posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.



Genivaldo Magela

Zambiasi promove livro de Borges de Medeiros

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) presidiu ontem, na Biblioteca do Senado, o relançamento do livro *O Poder Moderador na República Presidencial*, de Borges de Medeiros, com prefácios do ex-senador Paulo Brossard e do conselheiro Victor Faccioni, presidente do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul.

Governador gaúcho por cinco vezes, Borges de Medeiros escreveu a

obra em 1933 e esta é a terceira edição, trazida a público pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em convênio com a Editora da Universidade de Caxias do Sul. Participaram da solenidade, além de Zambiasi e Victor Faccioni, os deputados Bonifácio de Andrada (PSDB-MG) e José Carlos Aleluia (PFL-BA), o ministro Edson Vidigal, vice-presidente do Superior Tribunal de Jus-

tiça, e outras autoridades.

A apresentação do livro é do senador Sérgio Zambiasi, para quem os ensinamentos dessa obra "rara e especial" continuam tão vivos quanto na época em que foram escritos, há 70 anos. De acordo com o parlamentar, o autor do livro influenciou gerações de políticos e a própria vida do povo com suas atitudes, determinação e coragem.



Célio Azereado

DEBATE Sérgio Cabral (C) e Hélio Costa (D) na audiência com Luiz Alberto dos Santos

Senadores querem discutir a Ancine

Os senadores da Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática querem ter maior participação na definição dos rumos da Agência Nacional de Cinema (Ancine). Durante audiência pública realizada ontem, com a presença do subchefe da Coordenação de Ação Governamental da Casa Civil, Luiz Alberto dos Santos, os integrantes do colegiado condenaram unanimemente a possibilidade de realização de

mudanças na agência por meio de medida provisória.

Santos informou que o Conselho Superior de Cinema e Audiovisual, vinculado à Casa Civil, é que vai elaborar o projeto de lei ou a medida provisória sobre o novo formato da entidade que passará a se chamar Agência Nacional de Cinema e do Audiovisual (Ancinav).

Os senadores Hélio Costa (PMDB-MG) e Eduardo Azere-

do (PSDB-MG) lembraram que as medidas provisórias só podem ser usadas em situações de emergência. Gerson Camata (sem partido-ES) criticou alterações nas agências reguladoras enquanto Sérgio Cabral (PMDB-RJ) destacou que todos os senadores conhecem bem as competências do Senado, assinalando a importância da Subcomissão de Cinema, que tem, entre suas tarefas, a de escolher dirigentes da Ancine.

Legislativo cumpriu sua missão, afirma Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, disse ontem que 2003 foi um ano proveitoso para o Congresso Nacional. Ele destacou a votação das reformas previdenciária e tributária e propostas de interesse social entre as principais matérias examinadas pelos parlamentares.

– O Congresso cumpriu sua missão: foi um ano de muito trabalho, mas que estamos terminando com uma grande contribuição ao país.

Sarney mencionou, além das reformas, a aprovação do Estatuto do Idoso e do Estatuto do Desarmamento, que impõe restrições ao registro, porte e comercialização de armas de fogo.

Missa de Natal

José Sarney participou on-



Jone de Araújo

CONFRATERNIZAÇÃO José Sarney participa, juntamente com parlamentares e servidores, da Missa de Natal no Salão Negro

tem, ao lado de sua esposa, dona Marly, da confraternização de fim de ano de parlamentares e servidores, assistindo à

Missa do Natal do Senhor celebrada pelo cardeal-arcebispo de Brasília, dom José Freire Falcão, no Salão Negro.

Congresso aprova crédito para pagar policiais do DF

■ Durante sessão conjunta, foram liberadas verbas para ministérios, estados e municípios

Os recursos para o pagamento dos vencimentos de novembro dos bombeiros e dos policiais civis e militares do Distrito Federal, e parcela do décimo terceiro das áreas de segurança, saúde e educação da capital da República foram aprovados ontem pelo Congresso Nacional. São R\$ 106,19 milhões incluídos em projeto que abre crédito suplementar de R\$ 548,71 milhões em favor dos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e garante transferências de R\$ 108 milhões para estados, municípios e DF.

Durante a discussão, o senador Paulo Octávio (PFL-DF) afirmou que nunca houve atraso no pagamento dos policiais e que a segurança de



Waldemar Rodrigues

IMPORTÂNCIA A segurança da capital da República interessa a todo o país, afirma Paulo Octávio

Brasília interessa a todo o Brasil. O senador Romeu Tuma (PFL-SP) também defendeu a votação do projeto.

Na mesma sessão, os parlamentares aprovaram ainda projetos abrangendo dez créditos suplementares no valor total de R\$ 2,54 bilhões e mais quatro projetos de créditos especiais referentes a ações novas no Orçamento deste ano, no montante de R\$ 179,36 milhões.

Regra atual sobre Orçamento fica valendo até julho de 2004

As regras definidas pela Resolução nº 1 para o funcionamento da Comissão Mista de Orçamento e tramitação de matérias orçamentárias terão vigência até julho de 2004. Projeto de resolução do deputado Ricardo Barros (PP-PR) foi aprovado ontem pelo Congresso.

O deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), que presidiu a sessão, aceitou alteração de data sugerida pelo deputado Pauderney Avelino (PFL-AM) – de 30 de maio para 30 de julho –, depois que se certificou de que isso não prejudicaria acor-

do fechado pelo presidente do Senado, José Sarney, de que grupo de trabalho formulará até meados do próximo ano as propostas para mudar a tramitação do Orçamento.

Sarney apresentou essa solução como forma de apaziguar os ânimos de Ricardo Barros e outros deputados, que ameaçavam derrubar o acordo que garantiu aos senadores a possibilidade de apresentarem mais três emendas de caráter estruturante, no caso das bancadas com mais de 18 parlamentares.



Jone de Araújo

Luiz Otávio (D) ao lado de José Alfredo

Designação de almirante para o STM tem parecer favorável

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, em votação secreta, parecer favorável à indicação do almirante-de-esquadra José Alfredo Lourenço dos Santos para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM).

Ele vai ocupar a vaga aberta com a aposentadoria do almirante-de-esquadra Eduardo Cezar de Andrade. A mensagem presidencial, que será submetida agora à votação do Plenário do Senado, teve como relator o senador Luiz Otávio (PMDB-PA).



José Cruz

Fausto Pereira dos Santos

Indicação de Fausto Pereira para ANS é acolhida pela CAS

Foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), por unanimidade, parecer favorável à mensagem presidencial que indicou o médico Fausto Pereira dos Santos para o cargo de diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). O órgão é responsável pela regulação e fiscalização dos planos de saúde.

O relator, senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), enalteceu a capacidade de Fausto Pereira. A mensagem com sua indicação segue para o Plenário.

Roosevelt Pinheiro



EDUCAÇÃO Osmar Dias disse que o modelo da escola deveria ser adotado em todo o país

Osmar Dias destaca os 20 anos do Ciep

O senador Osmar Dias (PDT-PR) destacou a comemoração, este ano, dos 20 anos do início da criação dos Centros Integrados de Educação Pública (Cieps), pelo ex-governador do Rio de Janeiro e atual presidente do Partido Democrático Trabalhista (PDT), Leonel Brizola. Para o parlamentar, o modelo de escola criado por Brizola e pelo "saudoso professor e senador" Darcy Ribeiro, continua moderno e atual.

O senador lamentou que a tentativa do governo federal de introduzir os Cieps (batizados de Ciacs) no sistema educacional brasileiro não tenha tido prosseguimento, mas parabenizou o prefeito de Cascavel (PR), Edgar Bueno (PDT), que inaugurou no município 45 escolas em sistema integral. Além das atribuições normais de um colégio, os estabelecimentos de ensino de Cascavel oferecem três refeições diárias e fortalecem as noções de cidadania.

– Sem dúvida, é um modelo de escola que deveríamos adotar em todas as cidades deste país – disse o senador, que pretende discutir a questão no próximo ano na Comissão de Educação (CE), que preside.



IMIGRANTES Abdenur promete lutar pelos brasileiros presos nos EUA

Serys pede comissão de direitos humanos

■ Senadora propõe que o Plenário aprove logo a criação do novo colegiado. Proposta já passou pela CCJ

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) conclamou ontem o Plenário do Senado a aprovar o mais rapidamente possível o Projeto de Resolução nº 5/03 que cria a Comissão de Direitos Humanos e Questões de Gênero. Quando a senadora discursou em Plenário, a resolução acabara de ser aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Ela ressaltou a importância da decisão, especialmente porque ocorreu no dia dedicado à



APOIO Aprovação mostraria que a Casa dá importância ao tema, segundo Serys Slhessarenko

comemoração da Declaração Universal dos Direitos Humanos — proclamada pelas Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. A rápida decisão em Plenário, disse, dará ao país e ao

mundo o sinal de que o país está tratando o assunto com a seriedade que merece.

Além dos direitos humanos de uma maneira geral, a comissão tratará de temas mais específicos relativos aos direitos da mulher, da infância, da juventude, dos idosos, das minorias sociais ou étnicas e dos estrangeiros; e de temas relativos à família e à integração social das pessoas portadoras de deficiências.

Citando matéria do jornalista Angus Macswan, da agência de notícias inglesa Reuters, Serys alertou para a crise de direitos humanos em que vive imersa a camada pobre da população. Esses cidadãos são as maiores vítimas de arbitrariedades, de acordo com relatório da Anistia Internacional.

Definidos nomes para comissão representativa

O presidente José Sarney anunciou os nomes dos senadores que integrarão a Comissão Representativa do Congresso Nacional, que responderá pela Casa durante o período de recesso parlamentar, marcado para o período de 16 de dezembro a 14 de fevereiro de 2004. As indicações foram feitas pelas lideranças partidárias.

Pelo Bloco da Minoria PFL/PSDB foram indicados os senadores Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), Paulo Octávio (PFL-DF) e Demostenes Torres (PFL-GO). Pelo bloco de apoio ao governo, os senadores escolhidos foram Eurípedes Camargo (PT-DF) e Magno Malta (PL-ES). O líder do PMDB indicou os senadores Valmir Amaral (DF) e Ramez Tebet (MS). Já o bloco PDT/PPS será representado



ANÚNCIO Foram anunciados ao Plenário os senadores da comissão que funcionará durante o recesso do Congresso Nacional

pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR).

A leitura dos nomes dos indicados foi feita pelo 1º secretário, senador Romeu Tuma (PFL-SP), que também enumerou os senadores que integrarão a Comissão como suplentes. Arthur Virgílio (PSDB-AM), Lúcia Vânia

(PSDB-GO) e Edison Lobão (PFL-MA) foram indicados pelo Bloco da Minoria. O bloco de apoio ao governo indicou as senadoras Ideli Salvatti (PT-SC) e Serys Slhessarenko (PT-MT). Já os senadores Luiz Otávio (PA) e Papaléo Paes (AP) foram os escolhidos pelo PMDB.



ECONOMIA Para Azeredo, o governo deixou de investir R\$ 3 bilhões em informática

Azeredo: país cai no ranking da tecnologia

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) alertou ontem que os problemas de administração do governo Luiz Inácio Lula da Silva estão provocando atraso no desenvolvimento da área tecnológica. Matéria do jornal *Valor Econômico* publicada na última segunda-feira, disse, informou que o Brasil perdeu dez posições no ranking mundial de tecnologia de rede, passando do 29º para o 39º lugar.

A pesquisa, segundo o jornal, integra o Relatório Mundial de Tecnologia de Comunicação e Informação 2003-2004. Com o rebaixamento no ranking, disse o senador, o Brasil perdeu o posto de melhor colocado na América Latina, ficando o Chile à frente, no 32º lugar.

De acordo com Azeredo, o governo deixou de investir R\$ 3 bilhões em tecnologia na área de informática, não reservando recursos para o Serviço de Processamento de Dados (Serpro) do governo, o Fundo de Universalização das Comunicações (Fust) e os programas de inclusão digital nas escolas.

– Se utilizarmos a tecnologia de maneira adequada, o Brasil poderá dar melhores condições à população – observou.

Plenário aprova novo embaixador para os Estados Unidos

O Plenário aprovou ontem a indicação do diplomata Roberto Abdenur para embaixador do Brasil nos Estados Unidos. Foram 52 votos a favor, 6 contra e 1 abstenção. Abdenur foi aprovado anteriormente pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), na última terça-feira. Na oca-

sião, ele disse que lutaria para aproximar mais os Parlamentos brasileiro e norte-americano e enumerou suas prioridades como embaixador nos Estados Unidos, como debater "com altivez" a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e lutar pela liberdade dos brasileiros detidos por entrar ilegalmente naquele país.

O Plenário aprovou também a indicação do diplomata César Amaral para embaixador na Jamaica, com 60 votos favoráveis, 2 contra e 1 abstenção.

Os senadores aprovaram ainda a indicação da Presidência da República para compor o Conselho da Agência Nacional de Telecomunica-

ções (Anatel). O nome indicado é o de Pedro Jaime Ziller de Araújo, engenheiro eletricista e secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações. Foram 57 votos a favor e 5 contra. Pedro Jaime havia sido aprovado pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) por unanimidade, na terça-feira.